

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**  
**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**MAURÍCIO VERÍSSIMO PEREIRA**

**A TRANSFORMAÇÃO VIA INOVAÇÃO: DEBATE CONCEITUAL,  
ÂMBITOS E A RELAÇÃO COM PODER LOCAL**

São Paulo

2017

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**  
**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**MAURÍCIO VERÍSSIMO PEREIRA**

**A TRANSFORMAÇÃO VIA INOVAÇÃO: DEBATE CONCEITUAL,  
ÂMBITOS E A RELAÇÃO COM PODER LOCAL**

Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Legislativo e Democracia no Brasil”

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucia Salgado Cordeiro dos Santos

São Paulo

2017



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**  
**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**MAURÍCIO VERÍSSIMO PEREIRA**

**A TRANSFORMAÇÃO VIA INOVAÇÃO: DEBATE CONCEITUAL,  
ÂMBITOS E A RELAÇÃO COM PODER LOCAL**

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final:

São Paulo, 16 de janeiro de 2017

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucia Salgado Cordeiro dos Santos



## **DEDICATÓRIA**

À minha família, que  
sempre me apoiou em  
tudo, principalmente nos  
momentos difíceis.



## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Maria Lúcia, a Malú, pela serenidade, presença e apoio constante durante a elaboração deste trabalho

A todos os professores do curso e, também, da minha vida. Considero todos como coautores daquilo que sou hoje.

À Câmara Municipal de São Paulo pela oportunidade e pelo oferecimento de um curso de tamanha qualidade.

Espero ter correspondido à altura



## RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar e analisar como o conceito de inovação pode ser articulado com outros conceitos como o de Poder Local para melhorar a realidade do cidadão por meio de mecanismos de intervenção mais ativos que envolvam Estado, Iniciativa Privada e Sociedade Civil com vistas a promover a autotransformação de uma localidade. Neste sentido, relaciona conceitos e tipos de inovação em âmbito privado e público para compreender maneiras de se compor de forma mais eficiente organizações para o melhor oferecimento de serviços com o objetivo da melhoria das condições para empresas e cidadãos no contexto de um país. Buscando compreender o papel do Estado na relação com sociedade e empresas para a promoção de inovações que resultem em solução de problemas específicos e gerais de um país.

Palavras-chave: Inovação; Setor público; Setor Privado; Poder Local;

## ABSTRACT

This paper aims to study and analyze how the concept of innovation can be articulated with other concepts, such as Local Power, to improve the reality of the citizen through more active intervention mechanisms involving State, Private Initiative and Civil Society with a view to promote self-transformation of a locality. In this sense, it relates concepts and types of innovation in private and public scope to understand ways to more efficiently compose organizations for the best offer of services with the objective of improving the conditions for companies and citizens in the context of a country. Seeking to understand

the role of the State in the relationship with society and companies for the promotion of innovations that result in the solution of specific and general problems of a country.

Keywords: Innovation; Public Sector; Private Sector; Local Power

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.

Eu, Maurício Veríssimo Pereira, declaro ser o autor desta Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada no interior da mesma. Declaro também que citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente aspas (“ “) ou parafrazeando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro por fim, que este trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro, que o presente trabalho está de acordo com a Lei 5988 de 14/12/1973, Lei de proteção intelectual, e que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder. Em ambos os casos responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer irregularidades.

São Paulo, 16 de janeiro de 2017.

---

Maurício Veríssimo Pereira

## Sumário

1. INOVAÇÃO .....	2
1.1 INOVAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO .....	3
1.2 CONCEITO DE INOVAÇÃO – VARIAÇÕES DE DEFINIÇÕES E TIPOLOGIA QUANTO AO ÂMBITO DE SUA APLICAÇÃO .....	6
1.2.1 Inovação no Setor Privado .....	7
1.2.2 Inovação no Setor Público.....	10
1.2.3 Definições em perspectiva comparada .....	14
1.3 POLÍTICAS DO PODER CENTRAL PARA O ESTÍMULO À INOVAÇÃO – CASOS DA UNIÃO EUROPEIA E DOS ESTADOS UNIDOS.....	21
1.3.1 EUROPA 2020 – ESTRATÉGIA PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO .....	22
1.3.2 UMA ESTRATÉGIA PARA A INOVAÇÃO AMERICANA .....	26
2. RELAÇÃO COM PODER LOCAL – Fatores que podem influenciar na solução de problemas da cidadania .....	29
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
BIBLIOGRAFIA.....	40

## **INTRODUÇÃO**

Com vistas aos objetivos deste trabalho, faz-se necessário, primeiramente, apresentar alguns conceitos, teorias e debates que precedem e servem como base teórica para a discussão sobre como iniciativas de estímulo à Inovação no Setor Público vem sendo trabalhadas contemporaneamente no mundo. Para tal, serão apresentadas primeiramente as definições consagradas do conceito de inovação, seguidos por uma posterior apresentação dos casos sobre como a União Europeia e os Estados Unidos promovem e estimulam a inovação

Em seguida, tratar-se-á de temas mais específicos como esforços para melhorar a realidade do cidadão por meio de mecanismos de intervenção mais ativos que envolvam Estado, Iniciativa Privada e Sociedade Civil através da relação que será estabelecida entre a concepção de Poder Local de Ladislau Dowbor e conceitos de Governança Participativa (ONU) e a chamada Abordagem em Tripla Hélice, a fim de se chegar a uma concepção de governança em que sociedade e Estado possam desenvolver benefícios e melhorias no âmbito nacional.

### **1. INOVAÇÃO**

Nessa seção será discutida definições do conceito, desde sua concepção histórica até a forma que estão sendo desenvolvidas como estratégias atuais para a preparação do desenvolvimento econômico e nacional pelo mundo.

Serão discutidos conceitos, definições e tipos, bem como o âmbito da sua aplicação. No fim, serão apresentados os casos da União Europeia e dos EUA no que tange ao papel na inovação nas suas estratégias de desenvolvimento para o século XXI.

## *1.1 INOVAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO*

Através dos tempos o conceito de inovação foi abordado sob a perspectiva de diversas áreas do conhecimento, desde profissionais das mais diversas áreas, passando por estudiosos genericamente tidos sob a denominação de cientistas e passando também pela análise de importantes filósofos e economistas.

De início, para os fins desta análise, as abordagens mais importantes para o conceito que temos contemporaneamente remontam às ciências econômicas. Nesse sentido, cabe primeiramente apresentar as palavras de Adam Smith, em sua conhecida obra "A Riqueza das Nações" (1776). De forma sucinta, Adam Smith, nesta obra, afirma que a origem da riqueza das nações deriva da divisão do trabalho e que dela resulta a especialização que, por sua vez, no limite, conduz a inovações tecnológicas. Nesta direção, Smith também estabelece que o progresso técnico, ou a inovação, são as mais importantes fontes de crescimento da produtividade, principal pilar de sua teoria endógena da acumulação de capital em que ele afirma que a acumulação de capital permite a criação de novos conhecimentos técnicos, abre novos mercados e alarga os existentes, aumenta a Demanda Efetiva e é, portanto, a principal impulsionadora do desenvolvimento econômico e social.

Outro influente economista clássico, David Ricardo (1772-1823), também aborda e reconhece a importância da inovação tecnológica. Para ele, a descoberta de algo novo ou a aplicação útil de um novo processo (ou fator) de produção gera uma vantagem adicional, proporcionando a redução de custos e, portanto, um aumento de eficiência (no caso, lucros para o capitalista), bem como compreende que, em geral, não é possível

monopolizar novos conhecimentos técnicos por longos períodos de tempo, além de ser claro para ele que estes tais novos conhecimentos não se tornam por si inovações.

Por sua vez, para Karl Marx, a acumulação de capital e a especialização do trabalho aumentam a produtividade técnica e o retorno do capital. Segundo Marx, a motivação por trás das inovações é a relativa mais-valia. Segundo ele, um capitalista introduz um novo e superior método (ou processo) de produção para aumentar a produtividade do trabalho porque pretende vender as mercadorias acima do seu preço individual, porém abaixo do de mercado, gerando vantagens (a principal é a mais-valia) a serem disfrutadas por ele.

Para Joseph A. Schumpeter, considerado o fundador da teoria da inovação moderna, a economia tem um caráter evolutivo e ele compreende a inovação (tecnológica) como o motor do desenvolvimento. Nesse sentido, ele desenvolve a ideia de Ciclos Econômicos, um quadro de análise derivado da abordagem do conceito de Longos Ciclos de Kondratieff (ondas econômicas de aproximadamente 50 ou 60 anos). Para ele, os ciclos econômicos podem ser divididos em quatro etapas separadas, a saber: bem-estar, recessão, depressão e expansão. Dessa forma, as inovações são a causa mais importante para as flutuações de longo prazo, uma vez que, para ele, na sociedade capitalista, a inovação/mudança é sinônimo de desenvolvimento econômico, impulsionadora destes ciclos e a produção de novos bens ou processos de produção de forma mais barata e eficiente são as principais forças condutoras para o avanço.

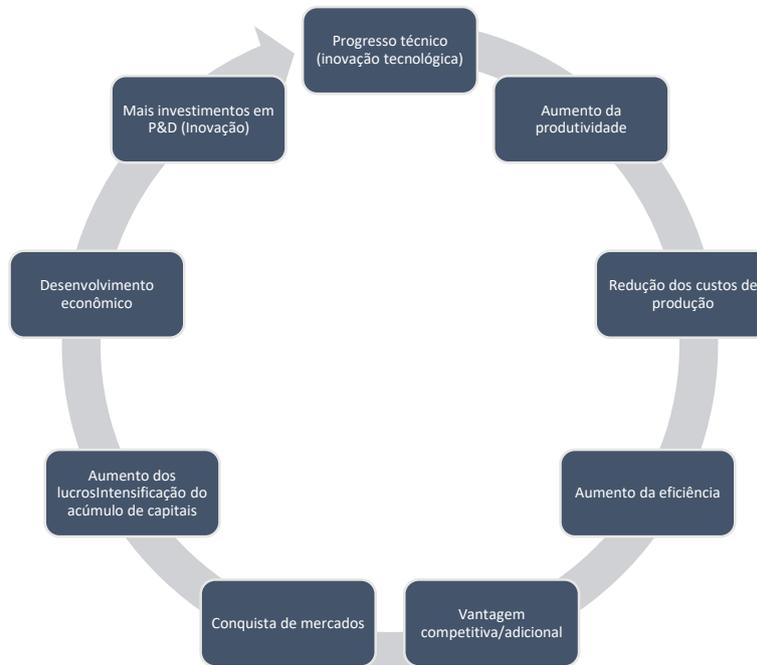
Segundo Schumpeter, o processo de mudança tecnológica é dividido em três etapas: invenção, inovação e difusão. Sucintamente, a primeira etapa é o processo de invenção, englobando a geração de novas ideias. A segunda etapa é o processo de inovação que abrange o desenvolvimento de novas ideias em produtos e processos

comercializáveis. Inovação, neste caso, é a primeira fase de aplicação comercial da invenção. A terceira etapa é a fase de difusão, na qual os novos produtos e processos se espalham pelo seu mercado potencial.

Sob a perspectiva schumpeteriana, compreender inovação como essa força condutora do avanço é compreender a essência do processo de evolução sistêmica que incessantemente revoluciona a estrutura produtiva de dentro para fora, descartando ou, como ele se refere, destruindo a estrutura anterior para assim criar uma nova. O autor concebe inovação como um processo de buscar e ter a habilidade de se alcançar novas combinações com recursos existentes que compitam e, no limite, substituam as anteriores, no que Schumpeter denominou "Processo de Destruição Criadora". Como é um processo baseado nas inovações, as empresas (ou organizações), setores antigos, as tecnologias antigas e até mercados inteiros, mesmo que sejam criativos, mas que não se mantenham atualizadas com o desenvolvimento tecnológico, são sistemicamente selecionados (removidos) da economia e, para o autor, este processo é definido como destruição.

Por meio do conceito de destruição criadora, Schumpeter rejeita ideias anteriores sobre a mudança econômica ao preferir a concepção de que a evolução econômica não é um simples e balanceado processo de crescimento em todos os setores. Ao invés disso, para ele, o avanço pode ser traumático e é caracterizado pela criação de uma novidade e a destruição (remoção) de produtos e processos anteriores. Bem como, para ele, as organizações não atualizam suas competências nem mudam suas áreas de especialização de forma suave, pelo contrário, elas geralmente deixam de existir durante esse processo de evolução.

Em síntese, de acordo com os autores, inovação gera ciclos de aumento de produtividade e de desenvolvimento econômico, conforme esquematizado na figura abaixo:



*Inovação e Desenvolvimento Econômico. Elaborado pelo autor com base nos conceitos apresentados*

## ***1.2 CONCEITO DE INOVAÇÃO – VARIAÇÕES DE DEFINIÇÕES E TIPOLOGIA QUANTO AO ÂMBITO DE SUA APLICAÇÃO***

Neste item, será apresentada a maneira pela qual a busca por progresso técnico levou à evolução dos estudos e atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), demandando melhores definições e categorias que resultaram na sistematização de conceitos relacionados ao tema da inovação, bem como o estabelecimento da sua tipologia, culminando na elaboração de publicações de referência sobre o assunto.

Estas definições servirão de base para a posterior aplicação do conceito de inovação no âmbito setor público, possibilitando se vislumbrar formas de se estabelecer paralelos que resultem no desenvolvimento e aprimoramento de melhores maneiras de se organizar a coisa pública tornando-a mais eficiente no âmbito de suas relações com a sociedade e a economia no geral.

Depois de cumprir a próxima etapa, que será a de definir o conceito de inovação aplicada ao setor privado, convém a esta altura mencionar a opção metodológica de apresentar nos itens seguintes uma revisão acerca deste conceito aplicado ao setor público para em seguida abordar, de forma comparada, a subdivisão do conceito em tipos para ambos os setores a fim de tornar mais claras suas nuances e mais explícitas suas diferenças.*INOVAÇÃO NO SETOR PRIVADO*

Pela análise das concepções presentes no item anterior, nota-se que a ideia inovar surge de forma ampla. A ideia de inovação, embora difusa, era restrita à dimensão tecnológica, isto é, concebia inovação apenas como o modo de se criar ou desenvolver técnicas, ou instrumentos (maquinaria e ferramentas), que gerassem vantagens competitivas ao resultar em mais produtos a um custo unitário menor, em suma, o conceito de inovação englobava somente produtos e processos produtivos visando ao acréscimo de produtividade e à conquista de mercados.

Com o tempo, conceitos de inovação passaram a ser melhor sistematizados. De fato, em 1962, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reuniu um grupo de especialistas em estatísticas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de diversas nacionalidades para redigir um documento que veio a ser denominado "*The Proposed Standard Practice for Surveys of Research and Experimental Development*"<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Em tradução livre: Proposta Padrão para Estudos de Pesquisa e Desenvolvimento Experimental

mais conhecido como Manual Frascati. Este documento estabelecia definições básicas e categorias de atividades de P&D, originando uma série de publicações da OCDE sobre o tema que ficou conhecida como "Família Frascati".

Estas publicações deram origem ao Manual de Oslo, desenvolvido conjuntamente pelo Eurostat e a OCDE e constitui parte de uma família de manuais dedicada à mensuração e interpretação de dados relacionados à ciência, tecnologia e inovação. A primeira edição do Manual de Oslo, lançada em 1992, ainda restringia-se à inovação tecnológica de produto e processo (TPP) na indústria de transformação, entretanto, como o manual se tornou referência para pesquisas sobre a natureza e os impactos da inovação no setor comercial, refinamentos se fizeram necessários na sua estrutura em termos de conceitos, definições e metodologia e, em 1997, em sua segunda edição, a definição do conceito expandiu-se para também contemplar a inovação na dimensão de serviços. Por fim, na sua terceira edição, de 2005, a definição passou a também englobar inovações não-tecnológicas, aumentando seu escopo para incluir mais duas dimensões: inovação organizacional e inovação em marketing (OCDE, 2005, pp.11-2). Com efeito, o Manual de Oslo define inovação como:

A implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OCDE, 2005, p.55)

Atualmente, esta definição é a base referencial para estudos sobre inovação, entretanto ela reflete a perspectiva do conceito utilizada no setor privado e define como seu aspecto geral a necessidade de sua implementação. Portanto, nos termos deste manual, um produto novo ou melhorado só passa a ser considerado inovação com sua introdução em um mercado e novos processos, métodos de marketing e métodos organizacionais também só são considerados inovação quando eles efetivamente passam a ser utilizados

nas operações das empresas, podendo, tal inovação, se dar por meio da implementação de uma única mudança significativa, ou em uma série de pequenas mudanças incrementais que conjuntamente podem representar uma mudança significativa (OCDE, 2005, p.56).

Em suma, o refinamento do conceito reflete o aprofundamento gradual das pesquisas e a evolução do desenvolvimento, o progresso técnico. O aumento da importância do seu uso resulta na sistematização de suas definições com o intuito de fornecer melhores métodos para a interpretação de indicadores e dados relacionados às pesquisas em ciência e tecnologia. No entanto, com a expansão das pesquisas, o conceito de inovação também sofre uma inovação e se expande para dar conta de outras dimensões anteriormente de fora de sua abrangência, passando então a contemplar, para além de produtos e processos, outros fatores que impactam a produtividade e a eficiência. O conceito, então, passou a contemplar também outras componentes não-tecnológicas, como marketing e organização.

Assim, inovação passou a poder ser compreendida como um processo dinâmico de constantes rearranjos dos recursos disponíveis utilizados (insumos, processos de produção, organização e/ou comunicação) por uma organização qualquer que se relaciona consigo mesma e com o ambiente (mercado) em que está inserida através do produto ou do serviço que oferece, para gerar formas novas ou melhoradas de oferecê-los de maneira melhor e mais eficiente, também implementa novas ideias e soluções ao identificar problemas e desafios com vistas a aumentar sua presença ou garantir sua manutenção, é, portanto, um projeto de constante aperfeiçoamento, de superação e de sobrevivência.

Cumprida essa fase de definição do conceito amplo de inovação aplicada ao setor privado, convém a esta altura mencionar a opção metodológica de se apresentar no

próximo item uma revisão acerca deste conceito aplicado ao setor público para, no seguinte, abordar, de forma comparada, a subdivisão do conceito em tipos para ambos os setores a fim de tornar mais claras suas nuances e mais explícitas suas diferenças.

### *1.2.2 INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO*

Conforme mencionado anteriormente o conceito de inovação inicialmente era tratado de maneira ampla e tinha seu cerne na evolução tecnológica, focada em produtos e processos. Esta evolução era tida como o fruto da especialização proporcionada pela divisão do trabalho e centrava-se na constante busca de novas formas - ou formas melhoradas - de produzir (o “progresso técnico”, em outras palavras) que propiciassem o aumento de produtividade (maior quantidade a um preço unitário menor) para se conseguir vantagens competitivas (produtos melhores a um menor preço de mercado) para a conquista de mercados, aumento das vendas e o consequente acúmulo de capitais que, no agregado da economia, seriam a "Origem da Riqueza das Nações".

O elo para a utilização desse constructo de forma semelhante no âmbito do setor público é dado ao se aprofundar essa concepção através da compreensão do refinamento da definição do conceito de inovação e a expansão de sua aplicabilidade para outros âmbitos e dimensões, bem como através da sua compreensão na forma de um processo dinâmico em que uma organização rearranja o emprego de seus diversos recursos visando a implementação de melhorias nos seus produtos e serviços prestados como forma de se adaptar a novas contingências e realidades temporais visando seu próprio aperfeiçoamento.

Deste modo, a ideia de inovação extrapola o âmbito do setor privado e passa a ser introduzida e se disseminar também em organizações do setor público motivada pela

necessidade de melhorar sua eficiência e prestar serviços de melhor qualidade ao mesmo tempo que visa reduzir seus custos e ampliar o seu alcance para um número maior de cidadãos. De acordo com o MEPIN *Project (Measuring Public Innovation in the Nordic Countries)*<sup>2</sup>, além dessas motivações, existem também outras de cunho econômico para se estimular o oferecimento e gestão de serviços público e políticas públicas – tais como saúde, educação e arrecadação de impostos – eficientes. (BLOCH, 2011, p.3)

Deste modo, segundo o projeto MEPIN, a inovação no setor público também é importante para um setor privado inovador, pois estes setores desenvolvem relações estreitas em diversas áreas devido ao papel público de provedor de infraestruturas como ensino e pesquisa, rodovias e ferrovias, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e instrumentos de política industrial. Nesse mesmo sentido, um setor público inovador atua de forma a estreitar suas relações também com os seus cidadãos criando valor – com novos serviços ou novos aspectos, facilidade de uso e acesso, disponibilidade – ao oferecer serviços de qualidade através do fornecimento de informações ao público (transparência e *accountability*), tributação, educação e saúde (BLOCH, 2011, pp.3-4). Vale citar como Brandão e Bruno-Faria sintetizam essas motivações econômicas e sociais para o estímulo da inovação no setor público. Segundo as autoras:

Do ponto de vista econômico, Potts e Kastle (2010) identificam três razões para estimular a inovação no setor público: a primeira é que, na maioria dos países da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), o setor público é um componente significativo da macroeconomia, contribuindo com parcela significativa do PIB (entre 20 e 50%). A segunda é que o setor público é responsável por prover serviços para cidadãos e empresas e a inovação pode apoiar o alcance de melhores resultados por meio de novas maneiras de resolver problemas. A terceira é que, considerando os sistemas nacionais de inovação, uma grande razão para promover a inovação no setor público é sua responsabilidade sobre a definição das políticas de fomento à inovação no setor privado. Do ponto de vista social, um setor público inovador

---

<sup>2</sup> O projeto MEPIN, em tradução livre, “Medindo Inovação Pública nos Países Nórdicos”, também conhecido como Manual de Copenhague, tem como objetivo desenvolver um quadro de análise para a coleta de dados internacionalmente comparáveis sobre inovação no setor público com a intenção de contribuir para a compreensão do que é inovação do setor público e como as organizações do setor público inovam e desenvolver métricas para promover a inovação do setor público.

que oferece produtos e serviços de boa qualidade (facilidade de uso, acesso, oportunidade) pode garantir uma relação mais eficaz com os cidadãos. Vigoda-Gadot e colaboradores (2008) afirmam que a eficiência do setor público de um país e uma prestação de serviços públicos de boa qualidade são vitais para alcançar operações mais transparentes, podendo resultar em maior satisfação dos usuários com os serviços oferecidos e em maior nível de confiança no setor público. (BRANDÃO e BRUNO-FARIA, 2013, p.228)

Por sua vez, Kelly et al. (2002, apud BLOCH, 2011, pp.6-7) identificam em serviços, efeitos sociais e confiança três formas de criação de valor no que tange àquele estreitamento das relações entre o setor público inovador e seus cidadãos através do oferecimento de serviços de qualidade. Para eles, a criação de valor na forma de serviços pode se dar através da maior eficiência, melhoria da qualidade, satisfação dos seus utilizadores, aumento da utilização e na confiabilidade nestes serviços e maior equidade na sua prestação, ou ainda um maior poder de escolha. Quanto aos efeitos sociais, eles elencam a coesão social, a igualdade, a redução da criminalidade, a redução da pobreza, a melhoria nos níveis de educação da população ou a melhoria da saúde, como constituidores dos objetivos centrais dos serviços públicos. Já confiança e legitimidade também são identificados como objetivos públicos importantes, pois, segundo eles, influenciarão a satisfação do usuário com os serviços públicos e a capacidade do setor público em atingir objetivos sociais mais amplos.

Além de motivações econômicas, sociais e de relacionamento com o setor privado e com a cidadania, Carter Bloch, o autor do projeto MEPIN, ainda indica que a questão da heterogeneidade dos serviços públicos é outro fator que influencia na formulação e desenvolvimento de inovações no setor público. Segundo o autor, a visão sobre inovação no setor público depende da natureza do serviço prestado pela organização, devendo se considerar, para melhor compreensão da forma e dos impactos de tais inovações, três principais dimensões para classificar organizações públicas neste âmbito, são elas:

(a) Setor – Classificação COFOG (Classificação das Funções do Governo) da Organização das Nações Unidas (ONU)

1. Serviços públicos gerais
2. Defesa
3. Ordem pública e segurança
4. Assuntos Econômicos
5. Proteção do ambiente
6. Habitação e equipamentos coletivos
7. Saúde
8. Recreação, cultura e religião
9. Educação
10. Proteção social

(b) Nível de governo

1. Central/Federal
2. Regional/Estadual
3. Local/Municipal

(c) Tipo de instituição

1. - Formulação de políticas/Administração Central (Ministérios)
2. - Agências Centrais/Federais
3. - Serviços/Atendimento ao cidadão (escolas, hospitais)

Deste modo, ainda seguindo o indicado por Bloch, a heterogeneidade das organizações implica em objetivos institucionais diversos e, portanto, na diferença na forma de se conceber resultados, matérias específicas a serem desejadas, ou barreiras a serem enfrentadas com a introdução de inovações. Assim, a atuação em cada organização e seus processos de inovação dependem da sua estrutura organizacional e de tomada de

decisão, bem como da sua constituição e dos seus regulamentos, uma vez que cada uma delas faz parte de uma estrutura organizacional complexa, o que pode implicar em baixa autonomia decisiva e na dependência decisória ou, ainda, na necessidade de definição de políticas específicas, ou mesmo na imprescindibilidade do consentimento de outras organizações públicas para se viabilizar tais mudanças. Tal fato explicita limitações hierárquicas, constitucionais e orçamentárias do setor público, além da dimensão política da tomada de decisão, podendo, no limite, uma inovação até mesmo significar uma redução nos recursos destinados a uma instituição devido às melhoras de sua eficiência. (BLOCH, 2011, pp.7-8)

### *1.2.3 DEFINIÇÕES EM PERSPECTIVA COMPARADA*

Apresentados os objetivos, motivações e demais fatores que influenciam na formulação e desenvolvimento de inovações no setor público, entra-se nas definições e comparações tratando semelhanças e diferenças do conceito quanto aos seus tipos e conforme sua aplicação nos setores privado e público.

Diferentemente do conceito aplicado ao setor privado, inovação no setor público não possui uma definição consagrada ou sistematizada em algum manual de referência, entretanto tem sido compreendida através da fusão de diversos elementos constantes de projetos nacionais e internacionais de pesquisa, sendo, portanto, um conceito que apresenta divergências de acordo com a literatura utilizada.

Com o intuito de compreender e analisar melhor a inovação no setor público, a UE realiza um estudo-piloto intitulado EPSIS (*European Public Sector Innovation*

*Scoreboard*)<sup>3</sup> em que estabelece suas definições e, de início, duas diferenças em referência à tipologia sistematizada pelo Manual de Oslo da OCDE para a inovação no setor privado. No estudo da UE, a definição de inovação permanece praticamente a mesma, no entanto, substituindo inovação de produto por inovação de serviço<sup>4</sup>, e, por fim, inovação de marketing por inovação de comunicação, conforme esquematizado na tabela abaixo.

<b>Diferenças entre inovação no setor privado e público</b>	
<b>Setor privado</b>	<b>Setor público</b>
• Inovação de produto	• Inovação de serviço
• Inovação de processo	• Inovação de processo
• Inovação organizacional	• Inovação organizacional
• Inovação de marketing	• Inovação de comunicação

Fonte: EPSIS - European Public Sector Innovation Scoreboard – a pilot exercise 2013

Desta forma, para o EPSIS (UE, 2013, p. 9), inovação no setor público é um serviço, método de comunicação, processo ou método organizacional novo ou significativamente melhorado. No mesmo sentido, como pode se notar na definição abaixo, Bloch traz mais uma diferença daquela encontrada no EPSIS, ele mantém o termo “produto” subdividindo-o em serviços e bens, pois, para o autor, esta é uma opção metodológica que caracteriza a classificação de forma mais completa. Segundo o autor:

Uma inovação é a implementação de uma mudança significativa na maneira como sua organização opera ou nos produtos que ela fornece. As inovações compreendem mudanças novas ou significativas em serviços e bens, processos operacionais, métodos organizacionais ou o modo como sua organização se comunica com os usuários. As inovações devem ser novas para a sua organização, embora possam ter sido desenvolvidas por outros. Elas podem ser resultado de decisões dentro de sua organização ou em resposta a novos regulamentos ou medidas políticas. (BLOCH, 2011, p.14)

<sup>3</sup> Em tradução livre: Painel Europeu de Avaliação da Inovação do Sector Público Europeu

<sup>4</sup> O EPSIS também a subdivide em inovação de serviços (introdução de serviço ou uma melhoria da qualidade de um já existente) e inovação na prestação de serviços (novas ou alteradas fornecimento de serviços públicos), além de também definir inovação administrativa e organizacional (Mudanças nas estruturas organizacionais e rotinas), inovação conceitual (o desenvolvimento de novas perspectivas e o desafio dos pressupostos existentes), a inovação de políticas (mudanças de mentalidade e intenções comportamentais) e inovação sistêmica (Formas novas ou melhoradas de interagir com outras organizações e fontes de conhecimento), conforme taxonomia sugerida por Windrum (2008, apud UE, 2013, p.8). Aqui mencionadas, porém não consideradas para os objetivos deste estudo.

Para finalizar apresentação do conceito, a partir deste ponto, com o objetivo de tornar mais claras suas nuances e mais explícitas suas diferenças quanto sua aplicação no âmbito privado, apresentam-se quadros comparativos que trazem as definições de cada tipo de inovação em ambos os setores, apoiado nos conceitos sintetizados no Manual de Oslo, para a esfera privada, e no projeto MEPIN, para a pública.

a) Inovação de produtos/serviços

	<b>INOVAÇÃO NO SETOR PRIVADO (MANUAL DE OSLO)</b>	<b>INOVAÇÃO SETOR PÚBLICO (MEPIN)</b>
<b>PRODUTOS/ SERVIÇOS</b>	Uma inovação de produto é a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais. (p.57)	Uma inovação de produto é a introdução de um serviço ou produto novo ou significativamente melhorado em comparação com serviços ou bens existentes em sua organização. Isso inclui melhorias significativas nas características do serviço ou do bem, no acesso do cliente ou na forma como ele é usado. (p.14)

*Elaborado pelo autor com base nos conceitos apresentados pela OCDE (2005) e Bloch (2011)*

No Manual de Oslo, as inovações de produto podem se dar através da aplicação novos conhecimentos ou tecnologias, ou podem basear-se em novos usos ou combinações para conhecimentos ou tecnologias existentes, incluem a introdução de novos bens e serviços, e melhoramentos significativos nas características funcionais ou de uso dos bens e serviços existentes. Neste âmbito, novos produtos são bens ou serviços que diferem significativamente em suas características ou usos previstos dos produtos previamente produzidos pela empresa. No que tange ao setor de serviços, as inovações de produtos podem incluir melhoramentos importantes no que diz respeito a como são oferecidos (por exemplo, em termos de eficiência ou de velocidade), a adição de novas funções ou características em serviços existentes, ou a introdução de serviços inteiramente novos. (OCDE, 2005, pp.57-8)

São exemplos as melhorias significativas em serviços bancários via internet, tais como um grande aumento na velocidade e na facilidade de uso. No setor público, um exemplo de inovação de produto/serviço é a introdução do Programa Saúde da Família que reorienta o modelo assistencial de uma prática emergencial para uma de acompanhamento individual com foco na prevenção.

b) Inovação de processos

	<b>INOVAÇÃO NO SETOR PRIVADO (MANUAL DE OSLO)</b>	<b>INOVAÇÃO SETOR PÚBLICO (MEPIN)</b>
<b>PROCESSOS</b>	Uma inovação de processo é a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares. (p.58)	Uma inovação de processo é a implementação de um método para a produção e fornecimento de serviços e bens que é novo ou significativamente melhorado em comparação com os processos existentes na sua organização. Isso pode envolver melhorias significativas em, por exemplo, equipamentos e / ou habilidades. Isso também inclui melhorias significativas nas funções de suporte, como TI, contabilidade e compras. (p.14)

*Elaborado pelo autor com base nos conceitos apresentados pela OCDE (2005) e Bloch (2011)*

Desta forma, segundo o Manual de Oslo, inovações de processo tem a ver com os métodos aplicados para que um produto chegue ao seu consumidor, ou seja, essas inovações relacionam-se com as melhorias das etapas que levam o produto do insumo ao consumo. Tem por objetivo a redução de custos de produção ou de distribuição, melhoria na qualidade, ou ainda produzir ou distribuir produtos novos ou significativamente melhorados, através da utilização de técnicas e equipamentos/softwares para produzir – e distribuir – bens e serviços, dizem respeito à logística da empresa e seus equipamentos, softwares e técnicas para fornecer insumos, alocar suprimentos, ou entregar produtos finais, também abarcam técnicas, equipamentos e softwares novos ou substancialmente melhorados em atividades auxiliares de suporte, como compras, contabilidade, computação e manutenção. A implementação de tecnologias da informação e da

comunicação (TIC) novas ou significativamente melhoradas é considerada uma inovação de processo se ela visa melhorar a eficiência e/ou a qualidade de uma atividade auxiliar de suporte. (OCDE, 2005, pp.58-9)

Aplicada à esfera pública, o projeto MEPIN define inovação de processo de forma similar à da OCDE, alterando o âmbito onde o processo se dá – de empresa para organização – e divide as inovações de processo no setor público em três tipos: métodos de produção de serviços ou mercadorias, métodos de prestação e atividades de apoio, que muitas vezes podem estar relacionados com operações de TI. (BLOCH, 2011, p.15)

Neste contexto, exemplos de inovações de processo incluem novas formas de agendamento da prestação de serviços públicos ao cidadão, como exames e consultas, coleta de dados pessoais para a emissão de documentos, coleta de informações sobre crimes e/ou acidentes, ou ainda novos métodos de distribuição de medicamentos, novas rotinas logísticas para operações agudas e a digitalização de processos de trabalho que permitem a interação eletrônica entre serviços.

### c) Inovação organizacional

	<b>INOVAÇÃO NO SETOR PRIVADO (MANUAL DE OSLO)</b>	<b>INOVAÇÃO SETOR PÚBLICO (MEPIN)</b>
<b>ORGANIZACIONAL</b>	Uma inovação organizacional é a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas. (p.61)	Uma inovação organizacional é a implementação de um novo método para organizar ou gerenciar o trabalho que difere significativamente dos métodos existentes em sua organização. Isso inclui melhorias novas ou significativas nos sistemas de gerenciamento ou na organização do local de trabalho. (p.14)

*Elaborado pelo autor com base nos conceitos apresentados pela OCDE (2005) e Bloch (2011)*

No contexto interno de uma empresa ou organização, tanto no âmbito privado, quanto no público, inovação organizacional tem por objetivo melhorar a forma que o trabalho se dá, pois visa a melhoria administrativa, da gestão, da supervisão e da execução

do trabalho, além da melhoria na organização de rotinas e procedimentos para a sua condução objetivando o melhor emprego de todos os recursos disponíveis (humanos ou não) através da transferência mais eficaz de informação e conhecimento do desempenho das funções e da execução de rotinas e de tarefas. Busca a satisfação individual e coletiva no exercício das funções relativas ao cotidiano do trabalho, bem como uma melhor distribuição responsabilidades e do poder de decisão na estrutura da empresa, busca também, absorção de novos saberes e fontes de conhecimento. (OCDE, 2005, pp.61-2)

Externamente, tais inovações compreendem a implementação de novos meios para organizar as relações com outras firmas ou instituições públicas, tais como o estabelecimento de novos tipos de colaborações com organizações de pesquisa ou consumidores, novos métodos de integração com fornecedores e o uso de outsourcing ou a introdução da subcontratação das atividades de negócios na produção, no aprovisionamento, na distribuição, no recrutamento e em serviços auxiliares. (OCDE, 2005, pp.62)

Por outro lado, Bloch indica que, embora se verifiquem algumas modificações no conceito ao compará-lo com o presente no Manual de Oslo, as definições de ambos convergem nos tipos de suas inovações no âmbito organizacional, tais como: novos sistemas de gestão, novos métodos de organização de responsabilidades de trabalho e tomada de decisão, novas formas de organização, relações externas e novos sistemas de recolha de conhecimentos e de capacidade inovadora. (BLOCH, 2011, p.15).

Podendo usar como exemplos formas de compartilhar melhores práticas entre organizações, implementação de incentivos ao desempenho e ao alcance de objetivos, como prêmios e reconhecimentos aos funcionários, ou ao estafe.

d) Inovação de marketing/comunicação

	<b>INOVAÇÃO NO SETOR PRIVADO (MANUAL DE OSLO)</b>	<b>INOVAÇÃO SETOR PÚBLICO (MEPIN)</b>
<b>MARKETING / COMUNICAÇÃO</b>	Uma inovação de <b>MARKETING</b> é a implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços. (p.59)	Uma inovação de <b>COMUNICAÇÃO</b> é a implementação de um novo método de promoção da organização ou seus serviços e bens, ou novos métodos para influenciar o comportamento de indivíduos ou outros. Estes devem diferir significativamente dos métodos de comunicação existentes em sua organização. (p.14)

*Elaborado pelo autor com base nos conceitos apresentados pela OCDE (2005) e Bloch (2011)*

Pode ser compreendida como uma forma de se influenciar o comportamento do consumidor, no setor privado deve ser entendida sob a perspectiva mercadológica, isto é, o conjunto de princípios e práticas regidas pela lógica da conquista de mais espaço (mercado) para o produto visando tornar maior seu apelo, com o intuito de aumentar da sua distribuição (comercialização) gerando mais lucro para a empresa.

Essas inovações buscam atender de forma mais eficiente a percepção de necessidades dos consumidores e tem o objetivo de aumentar vendas. Buscam também abrir novos mercados, ou reposicionar o produto de uma empresa. Refletem mudanças de conceitos mercadológicos e de posicionamento dos produtos no mercado (excluídos métodos de logística, que compreendem processos), refletem ainda sua forma e aparência que, no entanto, não alteram as características funcionais ou de uso do produto, ou seja, refletem mudanças do design e da embalagem e a introdução de novos canais de vendas (reposicionamento) objetivando métodos mais eficientes para a venda de bens e serviços. (OCDE, 2005, pp.59-60)

No setor público geralmente não há um mercado, entretanto organizações públicas mantêm a necessidade de se comunicar com seu público-alvo, a fim de promover suas atividades, divulgar seus serviços e mesmo informações com o objetivo de influenciar o comportamento do cidadão, como, dentre outros exemplos, no caso de se promover campanhas contra epidemias, contra violência, desastres, de conscientização.

### *1.3 POLÍTICAS DO PODER CENTRAL PARA O ESTÍMULO À INOVAÇÃO – CASOS DA UNIÃO EUROPEIA E DOS ESTADOS UNIDOS*

De maneira a complementar a seção anterior deste trabalho, será abordada, neste item, o papel desempenhado pelo poder central no tocante a estratégias do estímulo ao desenvolvimento da inovação como fonte do crescimento econômico. Serão analisados documentos da UE e dos EUA que tratam a inovação como área primordial de ação para políticas para busca de benefícios para a sociedade, como geração de empregos, e para o desenvolvimento de suas economias.

A inovação é, para as economias modernas, o principal motor do crescimento. A OCDE estima que, para os países de rendimento elevado, os investimentos em inovação representam 60-70% do crescimento da produtividade do trabalho, além de ter, também, uma relação benéfica para geração de empregos, quanto mais forte o desempenho em matéria de inovação, mais elevadas suas taxas de emprego. Neste contexto, educação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) desempenham um papel fundamental no avanço tecnológico que resulta no crescimento econômico, derivando deste fato o papel-chave a ser realizado pelo poder público nestas áreas.

Além deste papel-chave desempenhado pelo poder público através da sua política educacional e investimentos em P&D, o setor público também é o responsável por definir políticas governamentais no tocante à investimentos em infraestrutura, à proteção à propriedade intelectual, atuando como regulador, facilitador, comprador e parceiro, definindo o contexto de competitividade e o ambiente econômico em que a inovação se dá.

Assim, políticas públicas e de governo, como investimentos em educação, P&D, infraestrutura, regulação e tributação, bem como suas atividades, organização, atuação, funcionamento e eficiência, influenciam os resultados em inovação e no funcionamento

da economia. Ademais, deve-se também levar em consideração o papel do setor público em P&D e inovação que, além de ser responsável por investir e conduzir esforços, atua também como uma importante fonte de financiamento para o setor privado nessa área.

Neste sentido, organizações como a OCDE e a UE, indicam o fato de que inovação e P&D terem impactos positivos no desempenho econômico, colocando-as, atualmente, como as estratégias centrais para o seu desenvolvimento econômico para os próximos anos. Essas organizações sustentam também que países com maior P&D são os que têm melhor funcionamento nas atividades do setor público, respaldando e estimulando a inovação e pesquisa nas empresas privadas que, por sua vez, asseguram um efeito mais durador sobre o desempenho do setor público.

Além disso, corroboram também com a ideia de que esforços públicos em P&D, via universidades e organizações públicas de pesquisa, relacionam-se de forma positiva com investimentos empresariais nesta área, criando efeitos indiretos para a inovação no setor privado e indicando a complementariedade dos esforços em P&D. Desta forma, iniciativas de P&D e inovação no setor público demonstram-se fundamentais para aperfeiçoar o funcionamento deste setor, com reflexos positivos diretos e indiretos no setor privado e também no agregado da economia. (OCDE, 2005; UE, 2010)

### *1.3.1 EUROPA 2020 – ESTRATÉGIA PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO*

A Comissão Europeia foi a responsável por elaborar e propor um projeto de política comunitária, denominado "EUROPA 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo", com o objetivo de se enfrentar a crise, buscando criar

bases para estimular, no bloco, o crescimento econômico de longo prazo. Nas palavras do português José Manuel Durão Barroso, o então Presidente da Comissão Europeia, a estratégia Europa 2020 tem como objetivo criar mais empregos e assegurar melhores condições de vida (UE, 2010, p.2). De acordo com o documento:

A Comissão propõe cinco objetivos quantificáveis para a UE no horizonte de 2020 que irão enquadrar o processo e que deverão ser traduzidos em objetivos nacionais: emprego, investigação e inovação, alterações climáticas e energia, educação e luta contra a pobreza. Estes objetivos marcam o rumo que deveremos seguir e constituem a referência que nos permitirá avaliar os progressos alcançados. (UE, 2010, p.3)

De partida nota-se que, neste contexto, pesquisa ("investigação" em português europeu) e inovação figuram dentre os objetivos nacionais a serem buscados pelos Estados-membros. Além desse fato, a estratégia estabelece três prioridades de crescimento econômico que "se reforçam mutuamente e proporcionam uma visão da economia social de mercado da Europa para o século XXI": 1) Crescimento inteligente, com o objetivo de desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; 2) Crescimento sustentável para promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva e 3) Crescimento inclusivo a fim de fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial. (UE, 2010, p.5). Sob esse mesmo prisma, propõe cinco objetivos quantificáveis (*idem*):

- 75 % da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada.
- 3% do PIB<sup>5</sup> da UE deve ser investido em P&D.

---

<sup>5</sup> De acordo com dados da Eurostat, o PIB da UE28 (ainda com o Reino Unido) somou EUR 14,6 trilhões em 2015, o que resulta em mais de EUR 440 bilhões como objetivo de investimento em P&D

- Os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30 % do objetivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem).
- A taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10 % e pelo menos 40 % da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza

Diretamente relacionada aos objetivos aqui pretendidos, "Um crescimento inteligente", para a UE, busca o desenvolvimento econômico via avanços de pesquisas de ponta e tem por meta reforçar a geração de conhecimento e inovação. Pretende estimular a criação e compartilhamento de saberes no âmbito do bloco, aumentando os resultados em P&D pela transformação de ideias e iniciativas em produtos e serviços e, conseqüentemente, em mais eficiência e novos negócios (UE, 2010, p.14). Assim, inovação é alçada a uma categoria de suma importância nesta política comunitária, estabelecendo-se como base uma das prioridades estratégicas para a retomada do crescimento econômico do bloco europeu.

A proposta da Comissão avança de modo a apresentar sete iniciativas que visam estimular os progressos no âmbito de cada tema prioritário. Com vistas aos objetivos deste trabalho, apresentam-se essas iniciativas e caracteriza-se apenas a primeira iniciativa por ser diretamente ligada ao tema da inovação. Desta forma, as sete iniciativas contemplam: Uma União da inovação; Juventude em movimento; Agenda digital para a Europa; Uma Europa eficiente em termos de recursos; Uma política industrial para a era de globalização; Agenda para novas qualificações e novos empregos; Plataforma europeia contra a pobreza. De acordo com o documento, a primeira iniciativa é caracterizada na estratégia como:

"Uma União da inovação" para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para assegurar que as ideias inovadoras são transformadas em produtos e serviços que criam crescimento e postos de trabalho. (EU, 2010, p.6)

**Iniciativa emblemática: «Uma União da inovação»**

O objectivo desta iniciativa é reorientar a política de I&D e inovação para os desafios que a nossa sociedade enfrenta, tais como as alterações climáticas, a eficiência energética e em matéria de utilização de recursos, a saúde e a evolução demográfica. Há que reforçar cada elo da cadeia de inovação, desde a investigação fundamental até à comercialização.

A nível da UE, a Comissão vai trabalhar no sentido de:

- Concluir o Espaço Europeu da Investigação, para desenvolver uma agenda de investigação estratégica centrada em desafios como a segurança energética, os transportes, as alterações climáticas e a utilização eficaz dos recursos, a saúde e o envelhecimento da população, os métodos de produção ecológicos e a gestão dos solos, visando ainda o reforço da programação conjunta com os Estados-Membros e as regiões;
- Melhorar as condições gerais para que as empresas inovem (ou seja, criar a patente única da UE e um tribunal especializado em matéria de patentes, modernizar o regime dos direitos de autor e das marcas registadas, melhorar o acesso das PME à protecção da propriedade intelectual, acelerar a criação das normas de interoperabilidade; melhorar acesso ao capital e utilizar plenamente as políticas de estímulo à procura, por exemplo através da contratação pública e da regulamentação inteligente);
- Lançar as «parcerias europeias de inovação» entre o nível da UE e o nível nacional, por forma a acelerar o desenvolvimento e aplicação das tecnologias necessárias para responder aos desafios identificados. A primeira parceria incluirá os seguintes temas: «construir a bioeconomia até 2020», «tecnologias facilitadoras essenciais para o futuro industrial da Europa» e «tecnologias que permitam às pessoas idosas viver autonomamente e ser socialmente activas»;
- Reforçar e desenvolver o papel dos instrumentos da UE de apoio à inovação (por exemplo, fundos estruturais, fundos de desenvolvimento rural, Programa-Quadro de I&D, PIC e Plano SET), nomeadamente através de uma maior cooperação com o BEI e da racionalização dos procedimentos administrativos com vista a facilitar o acesso ao financiamento, em especial para as PME, e para criar incentivos inovadores relativamente ao mercado do carbono, nomeadamente para as empresas pioneiras;
- Promover parcerias do conhecimento e reforçar a articulação entre o sistema educativo, as empresas e a investigação e inovação, nomeadamente através do IET, e promover o empreendedorismo através do apoio às Jovens Empresas Inovadoras.

A nível nacional, os Estados-Membros devem:

- Reformar os sistemas nacionais (e regionais) de I&D e inovação para promover a excelência e a especialização inteligente, reforçar a cooperação entre as universidades, a investigação e as empresas, recorrer a programas conjuntos e estimular a cooperação transfronteiras em áreas em que a UE proporciona valor acrescentado, adaptando os procedimentos nacionais de financiamento em conformidade, com vista a assegurar a difusão da tecnologia em todo o território da UE;
- Assegurar um número suficiente de licenciados em ciências, matemática e engenharia e orientar os currículos escolares para a criatividade, a inovação e o empreendedorismo;
- Dar prioridade às despesas no conhecimento, nomeadamente através de incentivos fiscais e outros instrumentos financeiros, com vista a promover o aumento do investimento privado em I&D.

Fonte: Reproduzido integralmente conforme documento (UE, 2010, p.15)

E, para finalizar, no que tange à sua operacionalização a iniciativa “Uma União da inovação” foi concebida em seis eixos que descrevem 34 compromissos (UE, 2015), a saber:

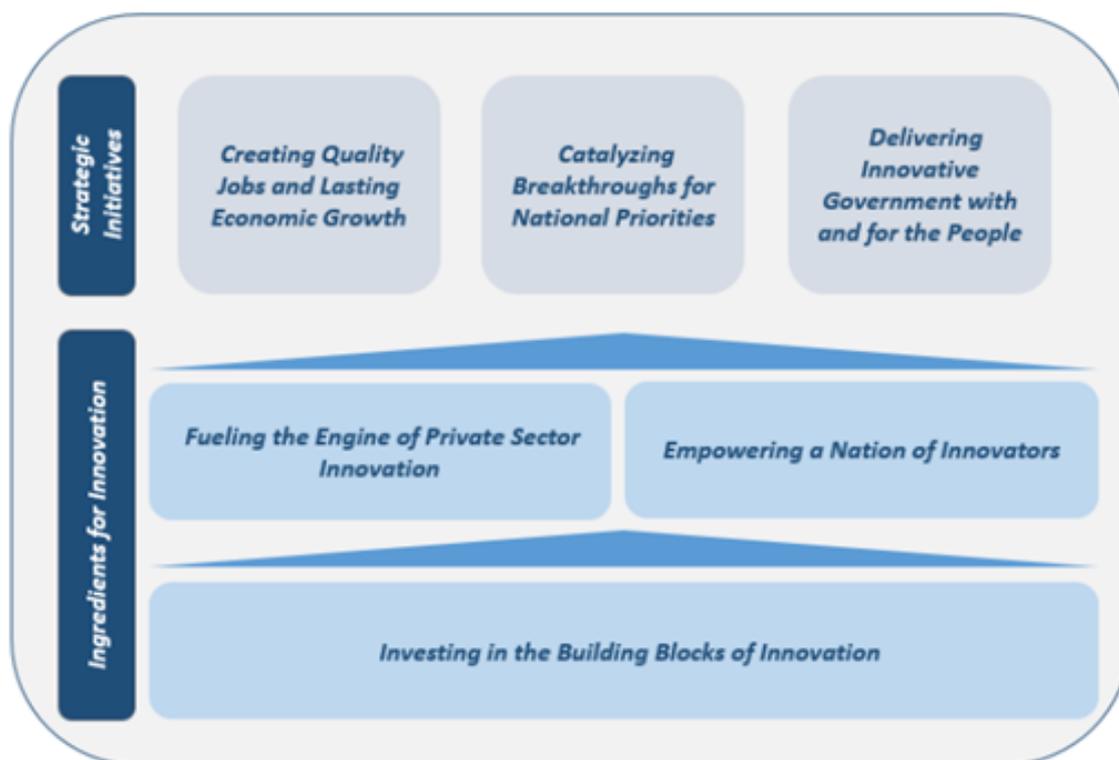
- Reforçar a base de conhecimentos e reduzir a fragmentação - 9 compromissos
- Levar boas idéias ao mercado - 14 compromissos
- Maximizar a coesão social e territorial - 5 compromissos
- Reunir forças para alcançar progressos: Parcerias Europeias de Inovação - 1 compromisso
- Alavancar nossas políticas externamente - 3 compromissos
- Fazer acontecer - 2 compromissos

### *1.3.2 UMA ESTRATÉGIA PARA A INOVAÇÃO AMERICANA*

Os Estados Unidos consideram inovação essencial para o crescimento econômico e, através do programa “Uma Estratégia para a Inovação Americana”, a coloca num patamar de política federal para o desenvolvimento econômico e nacional para os EUA para o século XXI. Foi concebida dividida em dois principais eixos de ação, o primeiro, denominado "ingredientes para inovação", visa fornecer componentes que resultem em inovação com a finalidade de impulsionar o crescimento econômico duradouro e lidar com as prioridades nacionais. Por sua vez, o segundo eixo, denominado "iniciativas estratégicas", pode ser entendido como as metas prioritárias a serem atingidas guiada pelo objetivo de alcançar a prosperidade compartilhada.

Conforme descrito na imagem abaixo, a estratégia se desenvolve por meio de seis elementos-chave ligados a esses dois eixos, refletindo o papel do governo federal dos EUA em investir nos blocos de construção da inovação, abastecer o motor da inovação do setor privado e empoderar uma nação de inovadores descritos através dos três

conjuntos de iniciativas estratégicas que se concentram em criar de empregos de qualidade e crescimento econômico duradouro, catalisar avanços para as prioridades nacionais e fornecer um governo inovador com e para as pessoas.



Reproduzido de: "A Strategy for American Innovation", 2015

Culminando com a apresentação desse projeto e com o debate teórico-conceitual da primeira parte do trabalho, apresentam-se, nos quadros abaixo, esses eixos de ação subdivididos em diversas iniciativas, de acordo com o modo esquemático não-exaustivo elaborado pelo autor do presente trabalho:

INVESTIR NOS BLOCOS DE INOVAÇÃO
▪ Fazer investimentos de liderança mundial em pesquisas fundamentais
▪ Impulsionar o Acesso à Educação STEM <sup>6</sup> de Alta Qualidade
▪ Abrir caminho para que os imigrantes ajudem a impulsionar a economia da inovação
▪ Construir uma infraestrutura física líder do século XXI
▪ Construir uma Infraestrutura Digital de Próxima Geração

<sup>6</sup> STEM (Sciences, Technology, Engeneering and Mathmatics), ou seja, traduzido livremente, Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

#### ABASTECER O MOTOR DA INOVAÇÃO DO SETOR PRIVADO

- **Fortalecimento do Crédito Tributário para Pesquisa e Experimentação**
- **Apoio a empreendedores inovadores**
- **Garantir as condições-quadro adequadas para a inovação**
- **Capacitar Inovadores com Dados Abertos Federais**
- **Do laboratório ao mercado: comercializando a pesquisa financiada pelo governo federal**
- **Apoio ao Desenvolvimento de Ecossistemas Regionais de Inovação**
- **Ajudar as empresas americanas inovadoras a competir no exterior**

#### EMPODERAR UMA NAÇÃO DE INOVADORES

- **Aproveitar a criatividade do povo americano através de prêmios de incentivo**
- **Aproveitar os Talentos dos Inovadores através da Criação, Crowdsourcing e Ciência Cidadã**

#### CRIAR EMPREGOS DE QUALIDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO DURADOURO

- **Aprimorar produção industrial de ponta**
- **Investir nas indústrias do futuro**
- **Construir uma economia de inovação inclusiva**

#### CATALISAR AVANÇOS PARA AS PRIORIDADES NACIONAIS

- **Enfrentar grandes desafios**
- **Focalizar Doenças com Medicina de Precisão**
- **Acelerar o desenvolvimento de novas neurotecnologias através da Iniciativa BRAIN**
- **Condução inovações inovadoras em cuidados de saúde**
- **Redução drástica de mortes no trânsito com Veículos Avançados**
- **Construir Cidades Inteligentes**
- **Promover Tecnologias de Energia Limpa e Avançar na Eficiência Energética**
- **Fornecer uma Revolução em Tecnologia Educacional**
- **Desenvolver Capacidades Espaciais Avançadas**
- **Perseguir novas fronteiras na computação**
- **Aproveitar a inovação para acabar com a pobreza extrema até 2030**

#### FORNECER GOVERNO INOVADOR COM E PARA O POVO

- **Adotar um Kit de Ferramentas de Inovação para Solução de Problemas do Setor Público**
- **Promover uma cultura de inovação através de laboratórios de inovação em agências federais**
- **Fornecer um melhor governo para o povo americano através de uma entrega de serviços digitais mais eficazes**
- **Construir e Utilizar Evidências para Impulsionar a Inovação Social**

## 2. RELAÇÃO COM PODER LOCAL – FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DA CIDADANIA

Este item tem por objetivo articular as concepções de inovação apresentadas anteriormente com as ideias de Ladislau Dowbor, contidas principalmente no Livro “O que é Poder Local?”, sobre como criar numa localidade a capacidade de se gerar autotransformação econômica e social<sup>7</sup> como meios de iniciativas de ação para a busca e efetivação de soluções para os problemas da cidadania, como alternativas ao cidadão para racionalização do seu espaço de vida possibilitando ao mesmo recuperar a dimensão ativa da sua participação na cidadania.

Na concepção de Dowbor, embora não seja condição suficiente, o poder local é condição necessária para mudanças. Para ele, o seu reforço permite criar equilíbrios mais democráticos frente à forte concentração de poder nas mãos das oligarquias nacionais e transnacionais, além de também ser primordial para o conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas "tecnologias urbanas". Segundo o autor, para que seja possível enfrentar todos os desequilíbrios herdados, fazem-se necessários mecanismos muito mais ativos de intervenção envolvendo todos os setores da sociedade — Estado, empresa e sociedade civil (DOWBOR, 2016, p.14-8).

No tocante à inovação tecnológica, um mecanismo análogo de intervenção já vem sendo desenvolvido há pelo menos duas décadas numa relação entre estes setores denominada “abordagem em Tripla Hélice” (ou “Hélice Tríplice”, do inglês “*Triple Helix*”) e, com algumas adaptações, poderia também gerar benefícios ao setor público. Sucintamente, esta abordagem desenvolvida por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff

---

<sup>7</sup> O que o autor define de forma ampla como “Poder Local”.

consiste em um modelo espiral de inovação em múltiplas relações recíprocas de cooperação e interdependência entre Governo (Regulador e fomentador da atividade econômica) – Universidade (Produtor de novos conhecimentos/Conhecimentos na fronteira do saber/ de vanguarda) – Empresa (Setor produtivo de bens e serviços), em que se tem a universidade como indutora dessa relação ao se gerar novos conhecimentos, técnicas e abordagens a serem desenvolvidas e aplicadas, em suma, a inovação. Conforme descrição do *Triple Helix Research Group-Brazil* da Universidade Federal Fluminense (UFF)<sup>8</sup>:

A inovação é compreendida como resultante de um processo complexo e dinâmico de experiências nas relações entre ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento nas universidades, nas empresas e nos governos, em uma espiral de “transições sem fim”.

Neste sentido, esses mecanismos apontam, de certa forma, para um mesmo objetivo e uma maior interação da sociedade desde a esfera local, pois, para o autor, é das iniciativas locais que dependem eminentemente todas essas transformações, uma vez que, nas palavras dele, “quando as decisões se tomam muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades” (DOWBOR, 2016, p.19-20). Portanto, o problema do poder local que o autor analisa envolve a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, de que forma constrói a sua transformação, e, segundo ele, como essa sociedade se democratiza. (DOWBOR, 2016, p.20).

Com isto posto, antes de prosseguir convém também apresentar o modelo de Governança Participativa proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de se estabelecer uma intersecção entre as ideias de Dowbor sobre Poder Local (definido amplamente como a capacidade de se democratizar ao construir

---

<sup>8</sup> Extraído de: “Sobre a Triple Helix” (<http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html>). (Acessado em 20/12/2016)

autotransformação/efetivar soluções para problemas em uma localidade) e o papel do Estado como organizador, ou regulador, das interações com a Sociedade. Para a ONU:

O modelo de governança [...] enfatiza um governo aberto e que se relaciona com a sociedade civil, mais responsabilizada e melhor regulada por controles externos e a lei. Propõe-se que a sociedade tenha voz através de organizações não governamentais e participação comunitária. Portanto o modelo de governança tende a se concentrar mais na incorporação e inclusão dos cidadãos em todos os seus papéis de atores interessados (*stakeholders*), não se limitando a satisfazer clientes, numa linha mais afinada com a noção de “criação de valor público”. [...] A teoria da governança olha para além da reforma da gestão e dos serviços, apontando para novos tipos de articulação Estado-sociedade, bem como para formas de governo com níveis mais diferenciados e descentrados” [...] A abertura (*openness*) e transparência constituem portanto parte deste modelo emergente (UN. World Public Sector Report. New York, 2005. p.13).

Por intermédio do modelo de Tripla Hélice e deste modelo de governança participativa torna-se possível vislumbrar os mecanismos mais ativos de intervenção que envolvam o Estado, a iniciativa privada e a sociedade para o enfrentamento dos desequilíbrios históricos conforme proposto por Dowbor. Com efeito, a interação entre estes modelos de inovação tecnológica e de governança se centram numa abordagem “mais democrática, com participação direta dos atores interessados, maior transparência, com forte abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação, e soluções organizacionais para assegurar a interatividade entre governo e cidadania” (DOWBOR ET AL, 2010, p.19).

Por sua vez, a dimensão da inovação no setor público estaria diretamente ligada a este modelo através do aproveitamento dos conhecimentos gerados no seio das universidades e das novas tecnologias de informação e comunicação advindas destes novos processos ao se envolver sistemas de gestão do conhecimento mais sofisticados, significando uma forma nova ou melhorada de o setor público prover seus serviços, otimizar seus processos e organização, bem como tornar mais eficiente a forma com que se comunica com o cidadão. De acordo com estudos da União Europeia (Comissão

Europeia – CE) publicados na comunicação EPSIS<sup>9</sup>, “os esforços para melhorar a inovação no setor público deverão ter um efeito notável nos benefícios públicos como a melhoria da produtividade, eficiência na prestação de serviços e qualidade dos serviços públicos”. (UE, 2013, p.9)

Para além disso, Dowbor defende que outra positividade advinda dessa relação entre a inovação no setor público, novas formas de governança participativa do Estado e uma maior atuação a partir do poder local é que o interesse das pessoas no funcionamento adequado do local onde vivem pode constituir um poderoso instrumento de ordenamento da própria localidade, pois processos participativos são centrais para seu conceito de poder local, conforme argumenta o autor, “constroem gradualmente uma âncora de bom senso no conjunto dos processos políticos, a partir da base da sociedade” (DOWBOR, 2016, p.24).

Nessa mesma abordagem de uma governança mais participativa, próxima ao cidadão e mais eficaz, na perspectiva de Dowbor, tem-se que a maioria das necessidades cotidianas do cidadão não carecem de intervenção de instâncias centrais de governo e podem ser resolvidas localmente de forma mais simples, eficiente e menos burocratizada, assim como ações mais abrangentes que extrapolam as capacidades de um município podem ser melhor geridas através da articulação destes em consórcios intermunicipais do que pela intervenção de governos estaduais ou centrais (DOWBOR, 2016, p.26-7).

Através destes consórcios, necessidades locais, ou mesmo regionais, como a criação de infraestrutura local, a organização de redes comerciais, a preservação de recursos naturais, a P&D inclusive de soluções inovadoras para problemas comuns,

---

<sup>9</sup>*European Public Sector Innovation Scoreboard*

podem ser melhor articuladas através da construção de um tecido interativo de gestão regional integrada.

Tal ação pode racionalizar o emprego de recursos, diminuir os custos, reduzir os riscos e trazer soluções para problemas regionais ou característicos daqueles municípios que os compõem. Para mais, pode ser também articulada com outros níveis da federação a utilização de infraestruturas já existentes, como centros públicos de pesquisa e ensino (universidades, escolas técnicas, laboratórios etc), de tecnologia ou qualquer outro equipamento público já existente para o auxílio na busca por soluções para os problemas locais, pois, conforme Dowbor, "as instâncias superiores podem e precisam ajudar, e inclusive organizar o controle, mas a iniciativa e o ordenamento das ações têm de ser eminentemente locais" (DOWBOR, 2016, p.27). Segundo Dowbor (2016, p.44):

Trata-se de um eixo estratégico de transformação da forma como tomamos as decisões que concernem ao nosso desenvolvimento econômico e social, ao potencializarmos o papel articulador do conjunto das iniciativas e agentes econômicos e sociais que agem no território [...] coordenação intermunicipal, que permite políticas amplas e coordenadas, mas respondendo diretamente aos anseios da população. Na realidade, é o conjunto do processo de tomada de decisão que precisa ser democratizado, aproximado da população, com uma revisão profunda da hierarquia de competências.

Ademais, conforme constata o autor, com a informática e a internet surge uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal, transformando profundamente as formas de interação cidadã (DOWBOR, 2016, p.47). É interessante neste ponto notar o importante papel de impulsionador da melhoria a ser desempenhado pela União e Estados em gerar regras e/ou incentivos à inovação dotando também o espaço local de instrumentos políticos, financeiros e de gestão correspondentes, dado que, nas palavras do autor, "o ideal mesmo é quando a iniciativa local encontra apoio nas políticas mais gerais, e os projetos nacionais passam a contar com uma âncora de capacidade organizada de recepção e dinamização no nível local" (DOWBOR, 2016, p.51). Além disso, para ele, o advento da era digital traz consigo "a rapidez das

transformações sociais, os avanços tecnológicos e a complexidade crescente das nossas sociedades e estão impondo formas mais flexíveis e diversificadas de gerirmos o nosso desenvolvimento”. (DOWBOR, 2016, p.53)

No entanto, como apresentado anteriormente inovação não se trata apenas de tecnologia, claro que pode se dar através dela, mas a tecnologia em si não é o seu fim, porém seu meio. A inovação aplicada ao setor público é mais uma concepção de utilizar todos os meios e recursos já existentes, e aqueles que estão sendo desenvolvidos, para recombiná-los de novas formas a fim de prestar um serviço, ou estabelecer processos, ou gerir uma organização, ou ainda se comunicar com o cidadão de forma nova e mais eficiente ou, pelo menos, de maneira melhorada, de modo a criar valor para o cidadão e um impacto positivo para as relações entre Estado e Sociedade, devendo ter a maioria dessas iniciativas inovadoras origem no espaço local, seja numa ideia gerada numa associação de bairro, seja num centro de pesquisas de tecnologia avançada, mas sempre num movimento de baixo para cima e, principalmente, de relações horizontais, uma vez que, conforme a abordagem em Tripla Hélice, esse movimento se dá a partir de eixos independentes que, porém, relacionam-se cooperativamente e de forma que um depende do outro para progredir. A melhoria se dá, nesse sentido, para Dowbor (2016, p.79):

[O] espaço local permite uma democratização das decisões, na medida em que o cidadão pode intervir com muito mais clareza e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança, e dos quais tem conhecimento direto. Nada como o habitante de um bairro para saber onde há lama quando chove, onde o atendimento médico é insuficiente, e não há técnico no ministério nem computador que substitua esse conhecimento.

O espaço local, nesse contexto é uma espécie de “inteligência coletiva” que permite a identificação de problemas com maior exatidão, possibilitando o seu enfrentamento e o surgimento de soluções. Um exemplo relevante disso é a iniciativa do

LABiCBR<sup>10</sup> de “Monitoramento Comunitário de Focos de Vetores de Dengue no Brasil e América Latina” – que faz o uso do conhecimento local, aliado a tecnologias de *Big data*, Redes Sociais e telefonia móvel para identificar de forma georreferenciada e com alto grau de precisão locais com a maior probabilidade de apresentarem focos de criadouros de vetores da dengue, possibilitando a reorganização de processos para um combate mais efetivo ao mosquito causador da doença. Esse exemplo demonstra inovações em cadeia, ou seja, uma inovação tecnológica que demanda uma reorganização da atuação do serviço (inovação nos serviços, processos e na organização) prestado pelo Estado para o combate mais eficiente à Dengue, utilizando de forma mais racional os recursos à disposição.

Neste caso, a governança participativa se dá através da inter-relação com diversos níveis, desde um ministério como o fomentador da mudança, passando pelo município como facilitador e incentivador, chegando ao munícipe como “olhos da municipalidade” ao identificar os focos de criadouros (direta ou indiretamente, pois os dados são coletados através de sistemas informáticos de *big data* que analisam as informações disponibilizadas por meio de postagens em redes sociais com palavras-chave) ou mesmo como beneficiário da melhoria na saúde pública com a redução de epidemias, reduzindo também os custos da saúde pública, ou mesmo o simples bem-estar causado pela redução na população de mosquitos. Articulando com as palavras de Dowbor (2016, p.63-72):

[T]rata-se da descentralização, do planejamento municipal, dos diversos sistemas de participação das comunidades nas decisões do espaço de vida do cidadão e que dão corpo ao chamado “poder local” [...] a organização dos sistemas participativos da população, para que o cidadão possa efetivamente exercer a sua cidadania e influir sobre as suas condições concretas de vida no espaço local; a criação de uma nova cultura urbana que permita à população

---

<sup>10</sup> O LABiCBR é uma iniciativa da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib), do MinC (até Gestão Dilma 2), por meio da Secretaria de Políticas Culturais (SPC), e conta com a colaboração do Medialab-Prado da Espanha

viver e não apenas se proteger e sobreviver [...] Defender os interesses do município é promover o desenvolvimento equilibrado, com uma base econômica variada, uma situação social mais justa [...] Em termos práticos, a pergunta que se deve fazer em cada município é a seguinte: quais são os recursos disponíveis e como estão sendo utilizados? [...] Coloca-se assim o problema mais amplo, de se ultrapassar a opção absurda entre a subutilização dos recursos, ou o seu uso predatório

Desta forma, em suma, conforme concebido por Dowbor (2016, p.91), poder local refere-se a um esforço do município sobre si mesmo, que se articula por meio de um sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado implicando em alterações na organização da informação, reforço da capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa.

Com isso posto, torna-se mais latente, nesse processo de gerar autotransformação, as benesses advindas da participação aberta conjugadas às ideias de gerar inovação de forma ampla em quaisquer das suas dimensões, uma vez que ao se abrir espaço as ideias surgem e podem ser desenvolvidas, empoderando desde a ponta, no caso o cidadão que vive os problemas e que pode trazer a solução de forma eficiente, de custo reduzido e de maneira simples, até a municipalidade (ou mesmo outros níveis de governo) como responsável por desenvolver tais ideias, torná-las viáveis e difundir as prováveis soluções. De volta às formulações e conceitos de Dowbor (2016, pp.95-101):

[...] um avanço significativo da participação pode se dar através do meios científicos e educacionais. De forma geral, pode-se pensar num centro de estudos municipais ou equivalente, que permita mobilizar as capacidades científicas locais em torno da resolução dos problemas básicos enfrentados pelo município e pela região. [...] Trata-se de ordenar gradualmente essa participação, criando canais regulares de expressão e consulta sobre problemas relevantes do município.[...] o centro de estudos municipais, os comitês de bairro, as associações de áreas profissionais, a possibilidade da formação de um conselho de desenvolvimento municipal, o próprio aproveitamento mais racional dos diversos conselhos municipais setoriais (educação etc.).

Pelo exposto neste trabalho e, em específico, neste capítulo, propõe-se uma articulação interdisciplinar dos diversos conceitos e modelos apresentados de forma a possibilitar que eles se deem numa abordagem interativa de relações dialógicas entre seus

métodos e temáticas para se alcançar seus objetivos autotransformadores no âmbito econômico e social, conforme observado por Dowbor, a partir de uma localidade como os meios de iniciativas de ação para a busca e efetivação de soluções para os problemas da cidadania mencionados no início deste item, servindo de alternativa para o resgate da dimensão ativa da participação do cidadão, bem como da racionalização do seu espaço de vida.

Conforme apresentado, tal articulação se consubstancia nos mecanismos que envolvam todos os setores (Estado, empresa e sociedade) através da articulação da abordagem em Tripla Hélice e um modelo de governança mais próximo ao proposto pela ONU (Governo mais aberto que se relaciona com a sociedade civil através da inclusão de cidadãos em papéis de atores interessados), bem como na abertura de mais oportunidades para a utilização das TIC e soluções organizacionais que assegurem a interatividade entre governo e cidadania, já que o interesse das pessoas, se bem coordenado, pode significar um poderoso instrumento de ordenamento da própria localidade, além do fato exposto de a maioria das necessidades cotidianas do cidadão serem mais eficientemente resolvidas localmente, melhor articuladas através da construção de um tecido interativo de gestão regional integrada e, através de inovações no setor público, resultar em um efeito notável nos benefícios públicos como a melhoria da produtividade, eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como demonstrado, inovação tem papel preponderante para o aumento da produtividade, sendo, inclusive, estratégia para o crescimento duradouro de economias desenvolvidas como os EUA e a União Europeia para este século. Tem sido, ao longo do tempo, aplicada como a prioridade na busca de melhorias que resultem em eficiência e benefícios para organizações privadas e públicas, bem como para os cidadãos, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Ao comprovar sua capacidade em promover avanços em diversas áreas, a aplicabilidade do conceito de inovação ultrapassou a esfera empresarial e, por meio de motivações econômicas e sociais, expandiu-se também para a esfera pública criando valor por meio de uma melhor organização e prestação de serviços ao cidadão de forma a colaborar com o aperfeiçoamento do Estado frente a novas contingências e realidades.

Quando abordada de forma articulada com outros conceitos e setores, pode significar o desenvolvimento de mecanismos que promovam a melhoria de contextos locais e regionais, através do trabalho conjunto entre cidadania, Estado e empresas, implicando em transformações e desenvolvimento de melhores condições para empresas e, também, melhores condições de vida para a população, bem como resultando na criação de ferramentas para a otimização da utilização de recursos públicos através de políticas governamentais mais focadas e efetivas, possibilitando a entrega de soluções para problemas específicos regionais ou mesmo mais amplos de outros níveis da nação.

No Brasil, o chamado ecossistema de inovação já funciona e dá o retorno de todo dinheiro público investido em inovação técnica, tanto em forma de pagamento dos financiamentos, como em forma de tributo, podendo significar em custo de oportunidade seu não-aproveitamento para a geração também de inovações no setor público. Já no curto

prazo, recursos seriam melhor aplicados, uma vez que atingiria o cerne dos problemas enfrentados em diversos municípios e estados. O papel do Estado, nesse contexto, seria o permitir uma governança mais aberta para fornecer as condições já existentes para que as pessoas e empresas, que tem ideias e iniciativas, possam, se bem coordenadas, trazer as soluções necessárias.

## **BIBLIOGRAFIA**

BLOCH, Carter . Measuring Public Innovation in the Nordic Countries (MEPIN).

Aarhus: Danish Centre for Studies in Research and Research Policy, 2011

BRANDAO, Soraya Monteiro; BRUNO-FARIA, Maria de Fátima. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 47, n. 1, p. 227-248, Fev. 2013

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. São Paulo: Editora Brasiliense, 2016

EUA. *A STRATEGY FOR AMERICAN INNOVATION*. Washington:2015

RICARDO, David. *On The Principles of Politicas Economy And Taxacion*. 3ª Ed., 1821

SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

SMITH, Adam. *An Inquiry Into The Nature And Causes Of The Wealth of Nations*, 1776

OCDE. *Manual de Oslo*. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Brasília: Finep, 2005

UE. *EUROPA 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas:2010

\_\_\_\_\_. *EPSIS European Public Sector Innovation Scoreboard 2013 - A pilot exercise*. Bruxelas:2013

\_\_\_\_\_. *Estado da União da Inovação*. Bruxelas:2015